



KnoWhy #541

Janeiro 2, 2020



Por que o Livro Celestial foi selado com sete selos?

“E o homem dirá: Não posso trazer o livro, porque está selado.”
2 Néfi 27:17

O conhecimento

Após quatro capítulos introdutórios, o texto do Apocalipse de João começa com o Revelador vendo um livro, um pergaminho ou algum tipo de documento na mão do Senhor, que estava sentado em Seu trono celestial. O registro foi escrito com uma parte no interior e a outra parte no exterior e, em seguida, foi selado com sete selos. (Apocalipse 5:1).

Então, um anjo disse: “Quem é digno de abrir o livro e de desatar os seus selos?” (Apocalipse 5:2). Somente uma pessoa a devida autoridade poderia quebrar os selos e abrir o livro. Nenhuma pessoa digna foi encontrada para fazê-lo até que o Cordeiro de Deus se manifestou. Reconhecendo isso, o povo cantou um novo cântico: “Digno és de tomar o livro, e de abrir os seus selos, porque foste morto, e com

teu sangue para Deus nos compraste de toda tribo, e língua, e povo, e nação” (Apocalipse 5:9).

Então, um por um, os sete selos foram abertos pelo Cordeiro (Apocalipse 6:1–17; 8:1). Quando o sétimo selo foi aberto, “fez-se silêncio”, e João foi escoltado pelo anjo ao Lugar Santíssimo do Templo do Senhor, ao lugar do incensário do altar e do incensário de ouro diante do trono de Deus no Lugar Santíssimo, com as orações dos santos sendo trazidas diante de Deus (Apocalipse 8:1-4).

Esta visão fascinante continua pelo restante do Livro do Apocalipse, que termina falando de “um novo céu e uma nova terra [...] a santa cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do céu” como o novo

Rei, o mesmo Deus que vem para governar e reinar (Apocalipse 21:1-3). Jesus, o Alfa e o Ômega, concede este dom: "quem quer que tiver sede, de graça lhe darei da fonte da água da vida. Quem vencer herdará todas as coisas; e eu serei seu Deus, e ele será meu filho" (Apocalipse 21:6-7).

Séculos antes da época do apóstolo João, outros profetas já haviam visto um livro celestial. Por volta de 600 a.C., Leí teve uma visão celestial na qual, por fim, recebeu "um livro" e foi convidado a ler sobre a destruição dos iníquos em Jerusalém e também a saber que o Senhor Deus "não permitir[á] que pereçam aqueles que vierem a [Ele]". (1 Néfi 1:11–14). Trinta anos após o cativeiro dos judeus na Babilônia, Ezequiel também teve uma visão. Ele escreveu: "Então vi, e eis que uma mão se estendia para mim, e eis que nela havia um rolo de livro. E estendeu-o diante de mim, e ele estava escrito por dentro e por fora; e nele estavam escritas lamentações, e suspiros, e ais" (Ezequiel 2: 9-10). Em ambos os casos, como também aconteceu com João, o profeta não podia ler o livro até que alguém com autoridade o abrisse e permitisse que ele o lesse.

Embora não tenha sido dito se os livros ou pergaminhos apresentados a Leí e Ezequiel estavam selados, era prática comum no mundo antigo que os registros oficiais e legais fossem "selados". Os selos eram carimbos ou cilindros que poderiam imprimir em argila ou cera, usando um cordão ou envelope para envolver o documento e protegê-lo de danos, ou de cair nas mãos de alguém que não deveria conhecer seu conteúdo. Evidência dessa prática legal generalizada é encontrada em Jeremias 32:6-16, quando o profeta Jeremias comprou algumas terras de seu sobrinho. Isso ocorreu mais ou menos na mesma época que o de Leí, o que pode explicar o padrão semelhante de dobrar, selar e testemunhar documentos em 2 Néfi 27:12, 14 ("testemunhas"), 15 (parte "não selada") e 17 (parte "selada").

Para fazer tal transação, o texto do contrato (ou convênio) foi primeiro escrito no topo do papiro, em seguida, o texto foi escrito uma segunda vez na parte inferior. Logo, o topo foi parcialmente cortado, dobrado em direção ao centro, enrolado, amarrado com cordões e colocado os selos das testemunhas legais. A parte superior tornou-se o texto selado. A parte inferior também foi dobrada e enrolada e, em seguida, todo o pacote foi amarrado e fechado

novamente, mas poderia ser aberto e consultado pelas partes do acordo. O texto de Jeremias não era claramente compreendido até que exemplos de textos legais hebraicos foram descobertos em Elefantina, no Egito.

Os pergaminhos gregos encontrados durante a escavação da cidade síria de Dura-Europos, no século IV a.C., são evidências da prática judaica de duplicar documentos legais escritos em couro. A lei judaica prescreve em detalhes como esses documentos dobrados, selados e testemunhados deveriam ser projetados com a finalidade de qualificá-los como registros legais válidos. A lei talmúdica exigia três testemunhas para tornar o documento incontestável. Em caso de disputa sobre o conteúdo do contrato, um juiz poderia romper os selos e desenrolar a metade superior e selada do documento, a fim de se certificar quanto ao seu conteúdo.

Vários sistemas jurídicos do mundo antigo usavam documentos duplicados como salvaguarda e para a preservação de textos importantes. Foram encontrados documentos duplicados, selados e com testemunhas, escritos em acádio (pelos babilônios), hebraico (israelitas), grego e latim (gregos e romanos), em tábuas de argila, rolos de papiro e pergaminho, tábuas de madeira e placas de metal. Os babilônios, já em 2000 a.C., usavam esse sistema para redigir contratos legais, escrituras e transações comerciais. Os escribas registravam as transações com caracteres cuneiformes em tábuas de argila, muitas das quais ainda são legíveis.

As testemunhas gravavam seu selo pessoal na argila úmida do documento antes que se secasse. A tabuleta era, então, envolvida em um "envelope" constituído por uma fina lâmina de argila com o texto repetido também na parte externa da argila. Por fim, as testemunhas imprimiam seus selos na parte externa. Somente um juiz ou uma parte autorizada poderia, em um momento posterior, abrir legalmente o envelope externo para comparar o texto interno selado. Essa prática tornava a falsificação ou adulteração praticamente impossível, porque várias testemunhas estavam envolvidas e porque as duas tabuletas precisavam secar ao mesmo tempo, para evitar que o envelope externo rachasse.

Porém, quantas testemunhas eram necessárias em tais casos? Para as pessoas com dúvidas sobre o

significado de Apocalipse 5:1, uma prática romana de alto nível pode oferecer algumas pistas reveladoras. A prática romana de conceder cidadania aos soldados aposentados que servissem ativamente por vinte e cinco anos começou por volta de 60 d.C., e era bem estabelecida no final do Século I, quando o livro do Apocalipse foi escrito. Esta concessão de cidadania, a posição mais poderosa na sociedade romana, era concedida por oficiais imperiais, que entregavam ao beneficiário um par de placas de bronze. Somente um juiz poderia abrir essas placas, caso houvesse alguma dúvida sobre a validade dos direitos e privilégios concedidos por esse documento oficial.

O texto era escrito duas vezes: uma vez na parte externa da primeira placa e uma segunda vez nas superfícies internas da placa 1 e da placa 2. No verso da placa 2, os nomes de sete oficiais romanos eram escritos, e seus sete selos seriam aplicados às placas, que eram unidas por um cordão de vedação que passava pelo centro das duas placas e era torcido e coberto com cera de vedação no verso. Dois pequenos anéis eram colocados nos cantos laterais, para que as placas pudessem ser abertas como um livro, quando o cordão que as selava fosse removido. Essas duas placas eram chamadas de “diploma” (plural, diplomata), que é uma palavra em latim para um documento de recomendação para pessoas que viajavam às províncias. A palavra veio do grego, que significa simplesmente “duplicado” ou “dobrado” (diplōnō), pois esses documentos eram duplicados.

Mais de 48 conjuntos relativamente completos de placas romanas sobreviveram, datando entre o século 64 d.C. ao século IV, quando a prática cessou. Com apenas uma exceção, sete era o número de testemunhas oficiais exigidas pela lei e prática romanas em todos os casos conhecidos. Essa prática formal e de prestígio certamente era familiar para muitas pessoas em todo o Império Romano na época de João. Sua revelação foi recebida na ilha de Patmos, na costa da Turquia, não muito longe de Éfeso, a capital da influente província romana chamada Ásia.

Podemos nos perguntar por que a revelação de João mencionou essa prática romana de forma tão específica. Pode haver várias razões para isso.

O porquê

Esta peça incomum da revelação de João certamente chamaria a atenção das pessoas. Teria sido uma prática familiar, mas distinta, sinalizando aos leitores que algo muito formal, importante e valioso seria revelado, anunciado e concedido.

Seu uso seria adequado a todos, quer fossem romanos, judeus ou outros. Para um romano, significaria propriedade e dignidade. Para as pessoas de origem judaica, as lembraria de passagens bíblicas e práticas costumeiras. Para outros, teria sido inclusivo, já que era por meio do diplomata que pessoas de qualquer origem cultural poderiam se tornar cidadãos romanos de pleno direito, não sendo mais estranhos ou estrangeiros.

Esta formalidade indicava a legalidade do vínculo. Com essa introdução, o livro celestial é apresentado como evidência documental de um convênio legal entre Deus e o mundo. Embora os documentos terrenos tenham poder na Terra, esse livro revelado apresenta um poder ainda maior do que o deles. O que o livro celestial oferece e estabelece é ligado tanto no céu quanto na Terra.

Assim como sete selos oficiais eram necessários para tornar o diplomata romano válido, o convênio de Deus é autenticado e mantido inviolado por sete selos majestosos. O plano eterno e o decreto determinante de Deus estão aqui assinados, selados e agora cumpridos.

Somente um juiz ou oficial autorizado poderia abrir tal documento duplicado e selado. O livro do Apocalipse enfatiza que somente Jesus Cristo tinha autoridade, não apenas na terra, mas também no céu, para abrir os selos e permitir que os outros conhecessem seu conteúdo (Apocalipse 5:9).

Além disso, o diplomata romano cumpriu a função especial de conceder cidadania aos soldados que lutaram corajosamente por vinte e cinco anos. Cada diploma relatava todos os locais e unidades em que o soldado que estava se aposentando havia servido. A cidadania era o cobiçado prêmio concedido pelo serviço verdadeiro e fiel. Da mesma forma, o Apocalipse de João recebe seus seguidores fiéis como cidadãos na Nova Jerusalém, a cidade santa de Deus,

em reconhecimento às batalhas travadas e à vitória conquistada contra Satanás e seus servos.



© Central do Livro de Mórmon, 2020

Em um contexto romano, os direitos de cidadania também eram concedidos aos filhos e filhas do soldado honrado. Eles também seriam abençoados como herdeiros, como se tivessem nascido de um pai romano. A herança dos direitos de propriedade era importante, especialmente entre as populações romana e judaica. Isso também seria antecipado na abertura do sétimo selo do livro celestial, onde a pessoa que conquista o inimigo do mal "herdará todas as coisas" e será recompensada como filho de Deus (Apocalipse 21:7), tendo um lugar na terra frutífera e temperada dos bem-aventurados (Apocalipse 21:10–22:5). Da mesma maneira, os testamentos romanos também tinham que ser selados com os selos de sete testemunhas e seus termos não podiam ser executados até que os sete selos fossem oficialmente quebrados e o documento fosse aberto.

E, portanto, esse início auspicioso pode até ter sido particularmente poderoso a ponto de parecer perturbadoramente contracultural para alguns. Ao cooptar uma prerrogativa imperial romana para fazer tais concessões e legados militares, o Apocalipse de João, dessa forma — e isso não dever ter sido não-intencional — testifica que Jesus e Seu Pai são mais poderosos do que quaisquer outros deuses ou seres, inclusive o próprio imperador deificado.

Leitura complementar

Central do Livro de Mórmon, "Por que um livro seria selado? (2 Néfi 27:10)," KnoWhy 53 (7 de março de 2017).

John W. Welch, "Doubled, Sealed, Witnessed Documents: From the Ancient World to the Book of Mormon", em *Mormons, Scripture y the Ancient World*, ed. Davis Bitton (Provo, Utah: FARMS, 1998), pp. 391–444.

John W. Welch e Kelsey D. Lambert, "Two Ancient Roman Plates", *BYU Studies* 45, no. 2 (2006): pp. 54–76.

Richard D. Draper y Michael D. Rhodes, *The Revelation of John the Apostle* (Provo: BYU Studies, 2013), pp. 146–151.

Notas de rodapé

1. Para comentários sobre Apocalipse 5:1–7, ver Richard D. Draper e Michael D. Rhodes, *The Revelation of John the Apostle* (Provo: BYU Studies, 2013), pp. 146–151.
2. Central do Livro de Mórmon, "Por que um livro seria selado? (2 Néfi 27:10)," KnoWhy 53 (7 de março de 2017).
3. Ver, em geral, John W. Welch, "Doubled, Sealed, Witnessed Documents: From the Ancient World to the Book of Mormon", in *Mormons, Scripture, and the Ancient World*, ed. Davis Bitton (Provo, Utah: FARMS, 1998), pp. 391–444.
4. Ver John W. Welch e Kelsey D. Lambert, "Two Ancient Roman Plates", *BYU Studies* 45, no. 2 (2006): pp. 54–76.
5. Welch e Lambert, "Two Ancient Roman Plates", pp. 56–59.
6. A única exceção, e também a primeira instância, teve oito testemunhas. Estes dados foram compilados a partir de relatórios técnicos publicados por Margaret M. Roxan e Paul Holder, *Roman Military Diplomas, I–V* (London: Institute of Archaeology and Classical Studies, 1978–2006).
7. Ver R. H. Charles, *Critical and Exegetical Commentary of the Revelation of St. John* (New York: Charles Scribner's Sons, 1920), 1: pp. 137–38, citado em Draper and Rhodes, *Revelation of John the Apostle*, p. 148.